

Brasil de volta aos trilhos

RENÊ GARCIA JÚNIOR*

Um novo roteiro, direção e produção; um novo filme, com sérias chances de concorrer ao Oscar de melhor *script*. Esta poderia ser a descrição sumária em que vivemos, com a nova equipe de formuladores de política econômica que está sendo indicada para a direção do Banco Central. A feliz indicação dos economistas Armínio Fraga Neto e Sérgio Werlang para a presidência e diretoria da formulação de política, respectivamente, representam a certeza para a economia e para os investidores internos e externos de que, agora, teremos consistência na condução da política monetária e cambial, sem efeitos especiais; sai a apologia do suposto sangue frio e entra a conjunção de serenidade, competência com descrição. Essa dupla de economistas alia rigor acadêmico e técnico com forte experiência em formulação e definições de estratégias macroeconômicas; não tem a pretensão de fazer história no plano dos heterodoxismos inovadores e seus compromissos são somente com objetivos de estabilização sustentável e crível.

A âncora deixa de ser a defesa do câmbio a qualquer preço e custo, e passa a ser a coerência, a busca de combinações de políticas e estratégias que levem à combinação de metas de inflação (*inflation target*) com política monetária

e cambial compatíveis. A manutenção e o reforço do câmbio flexível com regras monetárias, a longo e médio prazo, proporcionarão a estabilidade no produto e na renda, com a conseqüente retomada do crescimento auto-sustentável. É desnecessário dizer que a política e a implementação da política fiscal devem ser coerentes com a nova realidade. A perseguição do ajuste fiscal, orçamento equilibrado, com trajetória estável a médio e longo prazo, é a certeza de uma estabilização consistente e duradoura.

O Brasil nunca esteve tão perto de chegar a uma solução definitiva para seus problemas. As grandes crises costumam revelar o caráter, a determinação de um povo e de seus governantes. Os momentos tumultuados por que passamos nos últimos dias darão espaço a um maior realismo e necessariamente aumentarão o compromisso do governo com o equilíbrio fiscal. Devemos cobrar e exigir do executivo e do legislativo um projeto de reforma fiscal e previdenciária, com começo, meio e fim.

Uma reforma fiscal não necessariamente significa aumento de carga fiscal, ou criação de novos impostos; representa, sim, um processo de racionalização de tributos e redefinições de competências e atribuições entre os entes federativos, resultando num estado da natureza no qual onde a cunha fiscal deve representar uma restrição minimizada, com a

menor interferência possível nas decisões de investimento e consumo dos agentes econômicos. E também é desejável que a sociedade seja dotada de garantias institucionais da manutenção desse equilíbrio a longo prazo, uma situação de forte restrição orçamentária com corte de gastos e investimentos. Fundamentalmente um processo de redefinição do tamanho e do papel do Estado e de seus agentes.

Dada a natureza da crise e seus desdobramentos sobre a economia, o momento é, acima de tudo, de união, e os erros do passado, seus efeitos e motivações, são fatos que a história se encarregará de julgar e a bom tempo proferir seu veredicto.

Um episódio da Segunda Guerra pode ser útil para refletirmos sobre o Brasil de hoje. Indagado por um jornalista sobre o que pensa um militar no momento de uma batalha decisiva, o general Charles De Gaulle respondeu, laconicamente: "Nas ações a serem tomadas no dia seguinte à vitória". Para melhor compreendermos o que possa ser o futuro, é fundamental que nos afastemos do palco dos conflitos e comecemos a pensar no amanhã. Com a nova direção do Banco Central demos um salto nessa direção.

*Economista, com doutorado pela EPGE-FGV, e professor da Faculdade de Economia do IBMEC